



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2021.0000230421

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1008084-70.2016.8.26.0047, da Comarca de Assis, em que são apelantes ESSOR SEGUROS S.A. e CAMBRALEITE LOCADORA DE VEICULOS LTDA-ME, são apelados VILSON RIBEIRO AMARAL e MARIA IVONE MARTINS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) E LINO MACHADO.

São Paulo, 24 de março de 2021.

MARCOS RAMOS

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

42.747

Apelação nº 1008084-70.2016.8.26.0047

Comarca: Assis

Juízo de origem: 2ª Vara Cível

Apelantes: Eссор Seguros S.A.; Cambraleite Locadora de Veículos Ltda. -ME

Apelada: Maria Ivone Martins

Interessado: Vilson Ribeiro Amaral

Classificação: Acidente de trânsito – Indenização

r

EMENTA: Acidente de trânsito – Colisão entre motocicleta e ônibus - Ação de indenização por danos materiais e morais, com pedido de pensionamento mensal – Demanda de passageira da motocicleta em face do condutor do ônibus e da empresa proprietária, com denúncia da lide à seguradora - Sentença de procedência – Recursos da empresa corré e da litisdenunciada - Parcial reforma do julgado - Cabimento – Culpa do motorista do coletivo bem demonstrada, pois não respeitou a preferencial em cruzamento sem sinalização - Indenizações por danos morais e estéticos – Cabimento – Mitigação dos montantes indenizatórios – Viabilidade – Pensionamento mensal devido – Incapacidade laborativa comprovada – Valor que deve, contudo, ser limitado ao percentual apontado no laudo pericial - Apólice de seguro que previu expressamente não haver cobertura para danos morais e estéticos – Impossibilidade, nessa hipótese, de interpretação extensiva – De rigor que a lide secundária de garantia seja julgada procedente em parte.

Apelo da empresa corré parcialmente provido.

Apelo da seguradora provido em parte.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recursos de apelação interpostos em razão da respeitável sentença proferida nos autos da ação de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

indenização por danos morais e estéticos, com pedido de pensionamento mensal, ajuizada por Maria Ivone Martins em face de Vilson Ribeiro Amaral e “Cambraleite Locadora de Veículos Ltda. - ME”, com denunciação da lide à “Esson Seguros S.A.”, que julgou procedente a pretensão deduzida para condenar os réus, solidariamente, a pagarem à autora pensionamento vitalício mensal no valor de um salário mínimo vigente à data da sentença, ajustando-se conforme variações ulteriores, sendo devido mensalmente desde a data do acidente, bem como a arcarem com pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R\$ 50.000,00, mais dano estético fixado em R\$ 20.000,00, ambos os valores sujeitos a correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do arbitramento. Em razão da sucumbência, suportarão o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da condenação.

Julgou procedente a lide secundária de garantia para condenar a litisdenunciada “Esson Seguros” a reembolsar a ré/denunciante “Cambraleite” no valor total a que foi condenada ou, ainda, a pagar diretamente à autora os valores devidos, além das despesas processuais e honorários do advogado da denunciante, fixados em 10% sobre o valor devido pela litisdenunciada - fls. 474/482.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Aduz a empresa corré que a sentença comporta integral reforma à argumentação, em apertada síntese, de que a motociclista ingressou no cruzamento de forma imprudente, em excesso de velocidade, a causar o embate, ao que deve ser reconhecida a culpa exclusiva da vítima, ou concorrente. Acresce que não restou comprovado, pela autora, que trabalhava ao tempo do acidente, sendo indevida a pensão mensal. Subsidiariamente, pugna pela mitigação das verbas indenizatórias fixadas a título de danos morais, estéticos e pensionamento mensal – fls. 497/514.

A seguradora denunciada, por sua vez, sustenta que a sua responsabilidade deve ser limitada aos termos da apólice, não tendo havido contratação de cobertura para danos morais e estéticos a terceiros, sendo descabida a interpretação extensiva. Afirma que aceitou a denunciação, ao que deve ser afastada a condenação ao pagamento das verbas de sucumbência. Roga que a pensão mensal seja limitada ao percentual de invalidez que acomete a autora, bem como sem incidência de juros e correção monetária, eis que fixada de acordo com o salário mínimo – fls. 527/544.

Contrarrazões às fls. 551/565 e 580/592.

Recursos tempestivos e preparados.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

É o relatório.

Os apelos interpostos pela empresa corré e pela seguradora denunciada comportam parcial acolhimento.

Demanda ajuizada ao argumento de que em 27.04.2016 a autora estava sendo transportada como carona na garupa da motocicleta pilotada por sua filha, quando no cruzamento da rua Senhor do Bonfim com a Rua Ananias Máximo de Souza, em Assis/SP, houve colisão com ônibus de propriedade da empresa corré “Cambraleite Locadora de Veículos Ltda. - ME”, dirigido pelo réu Vilson Ribeiro Amaral, que não teria respeitado a preferencial.

Em razão da colisão, sofreu inúmeras fraturas, ao que foi submetida a extenso tratamento, impossibilitada de trabalhar, sem recuperação total. Pretendeu, assim, receber indenização por danos morais, estéticos e pensionamento mensal.

Em sede de contestação a empresa corré e a denunciada arguíram idênticas teses às replicadas nas razões recursais, em suma, atinentes à ausência de culpabilidade pelo evento lesivo e do dever de indenizar.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Ante a diametral controvérsia estabelecida, a respeitável sentença conferiu correto solucionamento quanto ao mérito propriamente dito, mas comporta parcial reforma no que tange às indenizações, com a máxima vênia.

A exclusiva culpa do motorista corréu restou bem verificada.

É cediço que, para caracterização da responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito, necessária a demonstração da culpa geradora do ato ilícito, do dano e do nexo causal.

Na hipótese, as provas coligidas aos autos são suficientes para demonstrar a exclusiva culpa do condutor do ônibus, que pela dinâmica do acidente não observou regra de trânsito consistente em dar preferência à motocicleta no cruzamento sem sinalização, de forma que agiu de maneira imprudente.

Segundo consta do laudo pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística - fls. 23/28: ***“O cruzamento entre as vias citadas não é sinalizado, vale ressaltar que quem teria prioridade de cruzar o cruzamento o veículo que transitar a direita de seu oponente, com toda a cautela, neste caso seria o***



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

veículo motocicleta de placa EHV-8161 que transitava pela Rua Senhor do Bonfim no sentido bairro ao centro". (grifei)

No mais, o laudo médico-pericial, produzido por profissional integrante dos quadros do IMESC, concluiu que a autora apresenta: ***"... sequela funcional permanente que consiste em prejuízo funcional grave do membro inferior esquerdo"***, sendo que há nexo de causalidade com o acidente, bem como que o dano patrimonial físico sequelar é de 52,5% (fls. 416/422).

Portanto, há elementos de convicção a atestar que o motorista réu, ao entrar no cruzamento, deixou de observar atentamente o fluxo de trânsito, provocando o embate, certo ainda que não evidenciada culpa concorrente da vítima ou da condutora da motocicleta.

No que diz respeito à pensão mensal, em que pese ao fato de não ter sido demonstrado pela autora que auferia rendimento mensal ao tempo do acidente, restou comprovado, por meio do laudo pericial, a depreciação de sua força de trabalho, ante a invalidez constatada em membro inferior no percentual de 52,5%, ao que deve ser mantida a condenação quanto a essa indenização.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Entretanto, a pensão mensal dever ser mitigada para 52,5% do salário mínimo, proporcional à extensão da incapacidade suportada pela autora, destacando-se, ao contrário do alegado pela seguradora denunciada, que não foi determinada na sentença a incidência de juros e correção monetária sobre esse valor, mas apenas que deve ser ajustada conforme variações ulteriores.

De outro vértice, as fotografias que instruíram a exordial, às fls. 57/61, demonstram comprometimento estético leve, não evidenciada deformidade estética permanente de grande relevo, mas somente cicatrizes, sendo mister, portanto, a mitigação da indenização fixada a esse título ao patamar de R\$ 10.000,00, com os acréscimos já definidos no bojo da sentença.

No tocante aos danos morais, é certo que a autora sofreu ferimentos graves na tíbia, com sequela incapacitante em razão do evento, no percentual de 52,5%. Tudo isso deve ser considerado na apuração da indenização por danos morais, somado ao grau de culpa do agressor e as condições econômico-financeiras das partes e de maneira a não implicar em enriquecimento ilícito.

Assim sendo, de rigor a redução da indenização, a tal título, ao montante de R\$ 30.000,00, também com os



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

acréscimos já definidos na sentença, o que não caracteriza enriquecimento sem causa, mas alcança o objetivo de compensar a autora pelo ocorrido.

De outro vértice, com razão a seguradora apelante quando defende os danos morais e estéticos estão expressamente excluídos dos prejuízos indenizáveis (fls. 105) e, portanto, mister o reconhecimento de parcial procedência da lide secundária de garantia, mantida a condenação apenas quanto à cobertura para os danos materiais (pensionamento mensal).

Nesse sentido é a Súmula 402 do Superior Tribunal de Justiça: ***“O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.”***

Logo, não há como reconhecer a responsabilidade da seguradora pelo pagamento/reembolso das indenizações relativas aos prejuízos de ordem moral e estética.

Deverá a ré/denunciante arcar, portanto, ante a sua maior sucumbência, no tocante à lide secundária, com as respectivas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, devidos em favor dos patronos da seguradora/denunciada, estes arbitrados por equidade em R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

2.000,00.

Ante o exposto, confiro parcial provimento ao apelo da corré, sem reflexo na distribuição da sucumbência, e acolho em parte o interposto pela seguradora denunciada.

MARCOS RAMOS

Relator

Assinatura Eletrônica